

Maia Hoje

21-12-2018

Periodicidade: Quinzenal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 3000

Temática: Diversos

Dimensão: 310 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 14

## Opinião

Renato  
Cardoso

## Responsabilidade social

É previsível que no Luxemburgo, já a partir do próximo ano, se circule nos transportes públicos gratuitamente seja qual for a modalidade. A medida visa contrariar o congestionamento das vias públicas e reduzir a pegada ecológica no que diz respeito à máquina do estado.

É previsível que esta medida seja também um estímulo para a economia visto que o tempo perdido em movimentações nas vias públicas se traduzirá num aumento do tempo produtivo em todos os ramos de actividade que se desenvolvem no seu território.

Em Portugal, por oposição, algo de estranho se passa.

Não são visíveis ou notórias medidas de estímulo ao crescimento social.

Sem rodeios, e tome-se como exemplo, sabe-se agora que a Câmara da Maia gasta anualmente entre 40 e 50 mil euros em portagens com os camiões que vão depositar o lixo na unidade Lipor 2, que se localiza no concelho. Sem um percurso alternativo, os veículos são obrigados a passar, várias vezes ao dia, pelos pórticos da A41.

Não sendo necessário ser um mestre na matéria, parece lógico que quando a um serviço prestado à comunidade estão associados custos e taxas que inevitavelmente cairão na factura do munícipe e sendo o Estado e as autarquias as entidades aglutinadoras que devem eficientemente colmatar as necessidades da população, depreende-se que a eficiência aqui foi arrasada ao nível do piso e demonstra apenas o seguinte: Ou reina a ingerência ou a gestão roça o carácter danoso.

Não parecerá lógico que serviços prestados à comunidade, deveriam estar isentos de taxas de circulação? Não é possível de ser interpretado que o munícipe é multiplamente taxado quando no usufruto dos serviços devidamente disponibilizados pelo município se posiciona invariavelmente como o principal financiador.

Não será evidente que despesas desta natureza, poderiam ser canalizadas, numa perspectiva de investimento, para a requalificação e optimização de infraestruturas de apoio à comunidade?

Quando se diz que Portugal está na cauda da Europa, deveríamos atender a esta e a outras questões desta natureza. Porque para além de parecer grave e distante daquilo que se faz noutros países que nos são relativamente próximos, onde impera a responsabilidade e a consciência, parece também extremamente diminuto da capacidade de quem vota e de quem é eleito.

E tudo isto é visível. Tudo isto acontece de forma clara e livre sob o carimbo da normalidade. Deve-se concluir que não devemos realmente menosprezar a responsabilidade social. Como cidadãos mas acima de tudo como eleitores.

Movimentos de contestação, seja qual for a cor, serão sempre extremamente danosos para o país. E a prevenção é sempre uma melhor alternativa relativamente à rotura. Mas urge efectivamente que se discuta de forma consciente e responsável os caminhos que queremos seguir para que estes sejam adoptados para benefício da comunidade e que não se transformem em fontes de receitas de benefício indevido.

**Presidente do Conselho Fiscal  
da Associação de Moradores do  
Castêlo da Maia**